

PODER

Rêgo assume TCU e quer mais participação social

Novo presidente pretende que os cidadãos auxiliem a Corte na fiscalização de projetos. Se comprometeu, também, a aprofundar as iniciativas da gestão de Bruno Dantas

» JULIA PORTELA

O ex-senador **Vital do Rêgo** assumiu, ontem, a presidência do Tribunal de Contas da União. Ele sucede Bruno Dantas e ficará à frente do TCU por um ano, podendo ser reconduzido por mais um ano. O vice-presidente da Corte é o ministro Jorge Oliveira.

No discurso de posse, o novo presidente enfatizou que, na sua gestão, a proximidade com a sociedade será estreitada ainda mais. “Será possível ouvi-la e motivar cada pessoa a atuar como um verdadeiro auditor social, trazendo informações que possam ajudar o Tribunal a ampliar o seu campo de atuação, melhorando ainda mais a qualidade de suas fiscalizações”, disse. A Corte trabalha para disponibilizar um aplicativo de monitoramento de obras públicas. A ideia é fazer com que as pessoas registrem o andamento dos projetos em execução perto delas e enviem informações ao TCU

Rêgo se comprometeu, também, a dar continuidade aos projetos do antecessor. “Nos últimos anos, neste tribunal, pude sentir o compromisso de liderar uma máquina dessas. Tenho muita satisfação de, agora, presidi-la e pretendo manter o legado de Bruno Dantas”, frisou.

Entre os projetos da gestão que terminou — o novo

Quem é?

Paraibano de Campina Grande, Vital do Rêgo ocupa uma das cadeiras do TCU desde 2015. É formado em medicina pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e em direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Foi vereador, deputado estadual, federal e senador. Seu irmão Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) é senador desde 2019 e atual 1º vice-presidente da Casa. O Tribunal de Contas da União é o órgão de controle externo do governo federal e auxilia o Congresso ao monitorar a execução do orçamento.

mandato começa em 1º de janeiro de 2025 —, e que Rêgo se comprometeu a dar sequência, está o uso de tecnologia de ponta para garantir qualidade aos processos e a outras atividades desenvolvidas pelos auditores e servidores do TCU. Rêgo citou uma série de ferramentas de inteligência artificial (IA) adotadas, que analisam



Será possível ouvir a sociedade e motivar cada pessoa a atuar como um verdadeiro auditor social, trazendo informações que possam ajudar o Tribunal a ampliar o seu campo de atuação, melhorando ainda mais a qualidade de suas fiscalizações”

Vital do Rêgo, novo presidente do Tribunal de Contas da União

dados públicos em qualquer localidade do país.

“Vamos continuar investindo na inteligência artificial generativa. Inclusive, desenvolvemos uma plataforma sem paralelo nas cortes de contas do mundo, que aprimora a análise de dados, automatiza os processos e aumenta a eficiência de trabalho dos nossos servidores”, esmiuçou.

Secex e Intosai

Rêgo passa a presidir o tribunal no momento em que a Corte está à frente da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadas Superiores (Intosai). Ele adiantou que, por conta da posição que o TCU ocupa, deve propor uma nova auditoria global para avaliar iniciativas de combate à fome.

Outra iniciativa que ganhará impulso na gestão de Rêgo, herdada da presidência de Bruno Dantas, é a Secex-Consenso (Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos) — cujo objetivo é alcançar soluções consensuais entre entes públicos e privados a fim de evitar que causas bilionárias sejam judicializadas.

A cerimônia foi prestigiada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin e pelos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, além do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Boa parte do ministério do presidente Luiz Inácio Lula da Silva compareceu à posse de Rêgo.

De saída, Bruno Dantas afirmou que “esta não é apenas uma ocasião de despedida, mas, também, uma oportunidade de prestar contas, de refletir sobre o que construímos. Reafirmamos como instituição nosso compromisso com a legalidade e o interesse público”.

Samuel Figueira/TCU



Dantas passa a presidência do tribunal para Rêgo. Entre eles, há o compromisso de tornar a Corte mais tecnológica, com vistas à eficiência na fiscalização

JUDICIÁRIO

Para Fux, rede é responsável por conteúdo

» FABIO GRECCHI

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou, ontem, pela responsabilização das redes sociais e plataformas pelo conteúdo que publicam, na retomada do julgamento sobre a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet. Segundo o magistrado, não se sustenta o argumento de que a remoção de conteúdo ilícito pelas empresas fere a liberdade de expressão.

“O direito fundamental à liberdade de expressão impõe que se garanta a provedores de internet imunidade civil por conteúdo por terceiros? Ou seja, eu não tenho nada com isso? Olha que zona de conforto. A plataforma chega e diz assim: ‘Não tenho condições, não tem como tirar. Não tem como tirar, deixa isso aí. Isso é para garantir a liberdade dos negócios’, criticou.

Segundo Fux, essa “liberdade de negócios” está diretamente ligada aos acessos que, eventualmente, destroem reputações e

Antonio Augusto/STF



Ministro: retirar publicação ilícita não fere a liberdade de expressão

causam danos à imagem. “Como é que garante a ‘liberdade dos negócios’? Degrada uma pessoa. Mas por que isso garante o aumento dos negócios? Porque circula, viraliza. E quanto mais cliques na viralização da degradação, mais anúncios, mais dinheiro”, salientou.

O artigo 19 do Marco Civil da Internet diz que as redes sociais

e as plataformas só são responsabilizadas por danos causados por conteúdos ofensivos publicados por usuários caso se neguem a obedecer a uma determinação judicial pela remoção do conteúdo. Antes de Fux, o ministro Dias Toffoli, relator de uma das ações, votou para considerar inconstitucional o artigo 19. Para o magistrado, quando o conteúdo for

ofensivo ou ilícito, as plataformas digitais devem se antecipar à determinação judicial.

Fux foi na mesma direção em seu voto. “O que diz a Constituição de 1988 nos direitos fundamentais, em cláusula pétrea? São invioláveis a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Entendo que não se compatibiliza com a Constituição um regime de responsabilidade civil que exonere amplamente as empresas provedoras de aplicações de internet de atuarem, no limite de suas possibilidades, para a preservação de direitos fundamentais lesados”, salientou.

Depois do votos de Fux, o julgamento foi interrompido. O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, marcou a continuação da análise para a semana que vem, mas como faltam nove votos — e há apenas duas sessões antes do recesso —, o julgamento só terminará em 2025.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Avaliação de Lula é copo quase pela metade

O trabalho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é aprovado por pouco mais da metade dos eleitores brasileiros, segundo pesquisa realizada pela Quaest, divulgada ontem. Sua gestão é apoiada por 52% e reprovada por 47%. Não sabe ou não respondeu representam 1%.

Esse índice de aprovação aumentou ligeiramente em relação a outubro, quando era de 51%, mas a rejeição subiu o dobro: era de 45%. Esses números podem ser impactados pela solidariedade em relação ao calvário de Lula, que, hoje, deve passar por uma segunda cirurgia na cabeça, para estancar o sangramento intracraniano provocado por uma queda no banheiro do Palácio do Alvorada, em meados de outubro.

A Quaest entrevistou 8.598 pessoas, individualmente, entre 4 e 9 de dezembro. Com essa escala, estatisticamente a margem de erro é de um ponto percentual para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%. A hospitalização de Lula pode ter impacto positivo na sua avaliação pelos eleitores.

Entretanto, a decisão do Conselho de Política Monetária (Copom), que aumentou a taxa de juros de 11,25% para 12, 25% (a segunda maior do mundo, só menor que a da Turquia), pode repercutir negativamente. Estão previstos mais dois aumentos de 1% em janeiro e março do próximo ano, por causa da perda de controle da inflação e do déficit fiscal do governo. Será um desastre, se nada for feito para restabelecer o equilíbrio das contas públicas. O novo procedimento a que Lula será submetido hoje, por mais simples e bem-sucedido que seja, alimenta muitas especulações políticas sobre seu futuro. O médico Roberto Kalil Filho bem que tentou tranquilizar a sociedade na entrevista “quebra-queixo” que deu à porta do Hospital Sírio-Libanês, onde o presidente está internado desde a madrugada de terça-feira. Esclareceu que a “embolização de artéria meníngea já estava prevista anteriormente”. Essa cirurgia terá como objetivo conter o sangue que ainda está vazando.

Quem governa?

Ao descer para falar com a imprensa, Kalil estava impaciente e se sentia incomodado com os questionamentos. Mas acontece que as informações médicas estão sendo fornecidas de forma muito lacônica e sem detalhamento dos procedimentos. Quando a notícia de que seria feita uma nova cirurgia vazou para a imprensa, ninguém no Palácio do Planalto sabia que isso aconteceria. A primeira-dama Janja da Silva, que acompanha o presidente, é a única pessoa realmente informada.

Algumas considerações sobre a situação de Lula circulam nos meios políticos. Por mais que os médicos digam que tudo evolui muito bem, que a cirurgia foi um procedimento simples do ponto de vista neurológico e que a evolução do tratamento é muito boa, Lula está com um dreno na cabeça e o sangramento ainda não foi contido. Em se tratando do presidente da República, para a maioria dos políticos e a opinião pública, não é uma situação normal. Ainda mais porque, nas redes sociais, há muitas especulações e fake news.

O fato de o vice-presidente Geraldo Alckmin não ter assumido a Presidência interinamente deixa o governo sem um interlocutor junto ao Congresso com poder de decisão. Hoje, Alckmin presidirá a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico no lugar de Lula. A situação favorece o ambiente de desagregação política no Congresso.

As mensagens são contraditórias. Ora fala o ministro da Comunicação, Paulo Pimenta, ora fala o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Nenhum dos dois comanda a Esplanada. Quem teria esse poder é o ministro da Casa Civil, Rui Costa, mas isso fragiliza o papel de Alckmin. Os líderes do Congresso, Raulofo Rodrigues (PT-AP), do Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e da Câmara, José Guimarães (PT-CE), se esforçam, mas não conseguem enquadrar nem os parlamentares do PT. Até por isso, não têm poder de convencimento junto às bancadas governistas para aprovar os projetos.

Quem fica na frigideira é o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tenta evitar que a reforma tributária e o ajuste fiscal sejam desfigurados a ponto de perderem o impacto que poderiam ter para estabilizar a economia, recuperar o equilíbrio e controlar a inflação. Com a intervenção do Banco Central na política monetária, o aumento da taxa de juros provocará mais inadimplência e uma fredda brusca nos investimentos das empresas.

Além disso, crescem as especulações sobre as eleições presidenciais de 2026. Não se sabe quando o presidente poderá reassumir plenamente suas funções, nem se teria condições neurológicas para disputar uma campanha eleitoral. Essas dúvidas não são apenas dos políticos de oposição, mas, também, dos governistas.

Caso Lula não seja candidato, quem disputaria em seu lugar? Essa pergunta está em todas as cabeças. Não se sabe quando e como Lula poderá reassumir o comando pleno do país. Quem teria o papel mais proeminente no governo? Alckmin, Haddad, Costa ou Janja? Hoje, tudo passa pela primeira-dama.